

## *John R. Curran e a Roma do século IV*

Gustavo Henrique Soares de Souza Sartin<sup>1</sup>

CURRAN, John R. **Pagan City and Christian Capital: Rome in the Fourth Century.** Oxford: Clarendon Press, 2000. New York. 389p.

**Keywords:** Late Antiquity, Christianization, urbanism.

**Palavras-chave:** Antiguidade Tardia, cristianização, urbanismo.

---

<sup>1</sup> Bacharel e licenciado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e mestrando em História e Espaços na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – PPGH/UFRN, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Emilia Monteiro Porto.

Ao escrever *Pagan City and Christian Capital; Rome in the Fourth Century*, John R. Curran, teve a intenção de alinhar-se com “os mais inovadores e importantes estudos” de sua geração, que teriam colocado conceitos como “cristandade”, “paganismo”, “religião” e “conversão” sob um escrutínio sem precedentes. Referindo-se especificamente a Peter Brown (*Authority and the Sacred: Aspects of the Christianisation of the Roman World*, de 1995) e Ramsay MacMullen (*Christianity & Paganism in the Forth to the Eight Centuries*, de 1997), o autor se filiou a uma tradição historiográfica que enfatiza continuidade entre a civilização grecorromana e o mundo medieval.

Brown talvez seja o grande responsável pela popularização da expressão “antiguidade tardia”, com a publicação, em 1971, de *The World of Late Antiquity. From Marcus Aurelius to Muhammad*. Antes disso a referência costumeira era a “império tardio”, mesmo quando se pretendia, como A. H. M. Jones, estendê-lo até o princípio do século VII. A mudança de “império” para “antiguidade”, contudo, só foi possível a partir do momento em que a História Política foi claramente suplantada pela História Social e Cultural<sup>2</sup>. A criação e a conseqüente proeminência do novo conceito representam, portanto, um marco na historiografia do século XX.

Já MacMullen defendeu que a “vitória” do cristianismo sobre o chamado “paganismo”, ao longo dos séculos IV e V, foi menos completa do que sugeriria uma leitura descuidada dos apologistas cristãos do período, de modo que mesmo o cristianismo oficial acabaria repleto de elementos originários das religiões proibidas.

Enfatizando as continuidades, Curran buscou deliberadamente evitar a produção de um estudo estivesse focado nos enfrentamentos entre os partidários do cristianismo e os praticantes das religiões politeístas tradicionais, preferindo se focar nas transformações da topografia de Roma ao longo do século IV e em como estas teriam refletido as tanto as mudanças na natureza do poder imperial como ascensão cristã.

O livro está dividido em duas partes, a primeira consistindo em quatro capítulos dedicados à “topografia” e a segunda em três capítulos dedicados à “sociedade”. O primeiro capítulo, intitulado *Emperors, Gods, and Violence in Third-Century Rome*, aborda especialmente a relação entre a patronagem imperial e as transformações na cidade no período da ascensão de Septímio Severo, em 193, à ascensão de Diocleciano, em 184. As diferenças estariam sobretudo na maior importância do imperador como patrono de eventos culturais e no cercamento do perímetro urbano pelas muralhas de Aureliano.

O segundo capítulo, intitulado *Conservator Urbis: Maxentius in Rome* trata do esforço de Maxêncio, que reinou entre 306 e 312, em revitalizar a cidade de Roma, progressivamente abandonada pelos imperadores durante a crise do século III e especialmente desde a ascensão de Diocleciano. Para tanto, um amplo programa de

---

<sup>2</sup> Edward James notou que mesmo Brown, nos escritos de fins dos anos 1960 e princípios dos anos 1970, mostrava “uma tendência de utilizar ‘tardo-romano’ (*late roman*) quando estava se falando sobre a sociedade ou governo e ‘tardo-antigo’ (*late antique*) quando se referia à vida intelectual ou religiosa” (tradução nossa, p. 23). JAMES, Edward. The Rise and Function of the Concept “Late Antiquity”. *Journal of Late Antiquity*. v. 1, n.1, pp. 20-30, primavera 2008. The Johns Hopkins University Press.

construções públicas teria sido realizado no centro da cidade, utilizando as técnicas mais avançadas de engenharia e ressuscitando em especial o Fórum. Sua permanência na cidade durante quase todo seu reinado também teria implicações políticas e econômicas, sendo que seu complexo de edifícios (*villa, circus e mausoleum*) na via Ápia revelariam sua pretensão de divulgar que um grande imperador residia na cidade.

O terceiro capítulo, intitulado *Constantine and Rome: The Context of Innovation*, questiona em que medida o patrocínio pessoal do culto cristão pelo imperador se refletiu nas construções realizadas no período. As primeiras igrejas de Constantino, por exemplo, teriam sido construídas poucos meses depois da chegada do imperador à cidade, no local onde Maxêncio costumava dispersar a guarda montada. A construção de grandes basílicas na região do Laterano, por sua vez, seriam a maior demonstração topográfica desse patrocínio que, curiosamente, se voltaria muito mais à figura de Pedro do que à de Paulo.

O quarto capítulo, *The Christianization of the Topography of Rome, AD 337-384*, lida com a projeção da identidade cristã sobre a cidade. O patrocínio imperial do cristianismo teria se efetivado com construções de igrejas extramuros, criando pólos específicos de atração da comunidade cristã para estas zonas periféricas. Ao mesmo tempo, os bispos teriam construído, com recursos próprios, igrejas menores intramuros. Exemplos dessas seriam as basílicas de Marco, Júlio e santa Anastácia. A escolha de seus locais de construção, contudo, teriam sido resultado da preferência pessoal do bispo responsável pela obra. O papa Júlio, por exemplo, teria preferido o distrito de Trastevere, na margem oeste do Tibre, por devoção ao mártir Calisto, seu predecessor. Os vestígios dos mártires, a propósito, teriam sido progressivamente valorizados pelas autoridades, tornando-se locais de peregrinação e criando, para os cristãos, uma identificação com a cidade.

A segunda parte se inicia com o quinto capítulo, *The Legal Standing of the Ancient Cults of Rome*. Nele, o autor defende que a atitude dos imperadores quanto à religião teria sido basicamente inconsistente durante o período em questão. A retórica da aniquilação dos cultos ancestrais, embora existisse, nem sempre teria se concretizado em políticas de efetiva supressão ou perseguição, pelo menos até Teodósio, que ascendeu ao trono em 378. A única consistência nas políticas imperiais quanto a assuntos religiosos, por parte tanto de imperadores cristãos como de não-cristãos, teria sido uma unidade de propósito na guerra contra a magia e a adivinhação; práticas já combatidas desde o principado.

*Paganism, Christianity, and the Imperial Celebrations in the Circus Maximus During the Fourth Century*, o sexto capítulo, discute como o centro monumental de Roma teria sido o *locus* de um politeísmo recalcitrante que, graças ao calendário de festas, muitas vezes ocupava posição de destaque no cenário político da cidade. Em virtude disso, mesmo os imperadores cristãos teriam buscado manter o *Circus Maximus* funcionando quase de acordo com o *status quo ante*, reduzindo apenas a frequência das corridas em função da observância dos feriados cristãos. Não teria havido, assim, de sua parte, uma promoção deliberada da cessação das atividades festivas tradicionais no local, como ocorreu no caso das práticas politeístas em geral.

O sétimo capítulo, *Jerome, Asceticism, and the Roman Aristocracy, AD 340±410*, se inicia com uma revisão historiográfica a respeito da natureza conversão da aristocracia romana ao cristianismo. Citando T. D. Barnes<sup>3</sup>, Curran conclui a seção argumentando que muito da conversão teria ocorrido não quando a vitória da nova fé já estaria se fazendo clara, na segunda metade do século, como se costumava pensar, mas ainda na primeira metade. Após estudos de casos de ascetas nobres cristãos, Curran conclui que a conversão gradual da aristocracia teria se dado em virtude da construção de uma base cultural comum entre cristãos e não-cristãos, de modo que os ascetas nobres extremistas do quarto século teriam tido um impacto tanto negativo quanto positivo sobre o processo. Apesar de seu apologista Jerônimo defender seu caráter exemplar, tais práticas extremistas, que muitas vezes rompiam os laços familiares, teriam gerado uma oposição desproporcionalmente grande, mesmo entre os cristãos. Em oposição ao asceticismo extremo, a resistência por parte de nobres cristãos moderados teria permitido a manutenção do caráter urbano da aristocracia, permitindo assim a construção da base comum necessária para a conversão em larga-escala.

O grande demérito do livro de Curran talvez esteja no uso anacrônico e mesmo descuidado de termos como “pagão” e “paganismo”, que não leva em conta que sua adoção como designadores de não-cristãos e de suas práticas não teria se dado antes de fins do século IV. Mesmo a dicotomia cristianismo-paganismo foi claramente uma artificialidade criada por apologistas cristãos para fins políticos, porquanto aqueles a quem cabia a alcunha de “pagãos” não necessariamente se viam como possuindo quaisquer traços religiosos em comum, sendo, portanto, incapazes de agirem de forma política coordenada. Ademais, o autor realizou o que se propôs: produzir uma história da cidade de Roma durante o quarto século na qual discutiria como política e religião operaram para transformar tanto a topografia urbana como as práticas de seus habitantes.

---

<sup>3</sup> Nomeadamente: BARNES, T. D. Statistics and the Conversion of the Roman Aristocracy. **Journal of Roman Studies**. no. 85, pp. 135-147, 1995. Society for the Promotion of Roman Studies.